

Participação e associações livres: os fundamentos da democracia em Tocqueville

Dejalma Cremonese* & Ricardo Correa**

Com o objetivo de estudar o regime penitenciário dos Estados Unidos, Alexis de Tocqueville chegou a New York em 1831 com 26 anos de idade, juntamente com seu amigo Gustave de Beaumont. Depois de um ano de estudos *in loco*, Tocqueville acabou tornando-se um célebre conhecedor do funcionamento do regime político e da vida sociopolítica dos norte-americanos. Como síntese dos seus estudos, surgiu a sua principal obra, *A democracia na América (La Démocratie en Amérique)*, cujo primeiro volume foi impresso em 1835 e o segundo em 1840. Este artigo procura demonstrar, a partir de uma visão panorâmica da obra *A democracia na América* (1987), a questão da *participação* e das *associações* (valores cívicos) como os fundamentos da democracia norte-americana. Trata, ainda, da questão da igualdade das condições, do caráter universal da democracia e do princípio da soberania do povo.

Na referida obra, Tocqueville inicia com uma breve descrição das dimensões físicas do Novo Mundo, das origens dos anglo-americanos e da soberania absoluta do povo, do funcionamento do governo até o ponto central do livro ao tratar da tirania da maioria.

Tocqueville descreveu os hábitos, os costumes e a organização social e política dos americanos, para depois tratar da estrutura de dominação, de suas instituições políticas e das relações do Estado com a sociedade civil.¹ Tocqueville, ao elaborar o conceito de democracia, apresenta-o como um processo universal, consistindo num movimento irrefreável: os homens entram na era da igualdade. Tocqueville atribui um caráter “sagrado” à democracia ao afirmar que querer detê-la seria como lutar contra o próprio Deus, e só restaria às nações acomodar-se ao estado social que lhe impõe a Providência.²

No prefácio de sua obra, Tocqueville deixa claro que o objetivo central é tratar do próximo advento, irresistível e universal, da democracia no mundo.

O gradual desenvolvimento da igualdade é uma realidade providencial. Dessa realidade, tem ele as principais características: é universal, é durável, foge dia a dia à interferência humana; e, para seu progresso, contribuíram todos os acontecimentos, assim como todos os homens. Seria prudente imaginar que um movimento social de tão remotas origens pudesse ser detido por uma geração? Pode-se conceber que, após ter destruído o sistema feudal e vencido os reis, irá

* Doutor em Ciência Política, professor do Departamento de Ciências Sociais (DCS) e do Mestrado em Desenvolvimento da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul. Site: www.capitalsociaisul.com.br E-mail: dcremo@hotmail.com

** Graduado em Sociologia e Mestrando em Educação pela Unijuí – RS. E-mail: ricard_correa@hotmail.com

¹ Conferir o artigo intitulado “Tocqueville: sobre a liberdade e a igualdade”, de Célia Galvão Quirino (2001), em que a autora comenta as principais idéias da obra *A democracia na América* (p. 149-188).

² “Mesmo que já não haja tempo de fazer uma escolha e que uma força superior ao homem já nos arraste, sem consultar os nossos desejos, para uma dessas duas formas de governo, procuremos tirar dela todo o bem que nos pode dar; e conhecendo os seus bons instintos, tanto quanto os seus maus pendores, esforcemo-nos para restringir os efeitos destes e desenvolver aqueles” (TOCQUEVILLE, 1987: p. 190).

a democracia recuar ante a burguesia e a classe rica? Agora que se tornou tão forte, e tão frágeis os seus adversários, deter-se-á ainda? (TOCQUEVILLE, 1987: p. 9).

Isso não quer dizer, no entanto, que a ação humana (principalmente a ação política) não tem papel importante nas “eras democráticas”. É por meio da ação política dos indivíduos que se pode tornar possível a liberdade na igualdade. Escreve Tocqueville, “(...) A igualdade produz, com efeito, duas tendências: uma conduz os homens diretamente à independência e os pode impelir de repente para a anarquia; a outra os conduz por um caminho mais longo, mais secreto, mais seguro, para a servidão” (1987: p. 512).

Cabe, então,

Educar a democracia, reanimar, se possível, as suas crenças, purificar seus costumes, regular os seus movimentos, pouco a pouco substituir a sua inexperiência pelo conhecimento dos negócios de Estado, os seus instintos cegos pela consciência dos seus verdadeiros interesses; adaptar o seu governo às condições de tempo e de lugar, modificá-lo conforme as circunstâncias e os homens – tal é o primeiro dos deveres impostos hoje em dia àqueles que dirigem a sociedade (TOCQUEVILLE, 1987: p. 14).

À primeira vista, o que mais impressionou o pensador francês foi a igualdade das condições entre os americanos: “Entre os objetos novos que, durante a minha demora nos Estados Unidos, atraíram a minha atenção, nenhum me impressionou mais vivamente do que a igualdade de condições”, relata Tocqueville (1987: p. 11). A igualdade das condições seria o próprio “desejo de Deus”, além de ser o fundamento da sociedade democrática (igualitária) que superou a antiga sociedade aristocrática (hierárquica).

Em linhas gerais percebe-se que, para Tocqueville, um Estado democrático, politicamente desenvolvido, só é possível de ser construído se houver a participação direta do conjunto dos cidadãos na gestão da coisa pública. “É incontestável, na realidade, que, nos Estados Unidos, o gosto e o costume do governo republicano nasceram nas comunas e no seio das assembleias provinciais [...]. Cada cidadão nos Estados unidos transporta, por assim dizer, o interesse que lhe inspira sua pequena república ao amor da pátria comum” (TOCQUEVILLE, 1987: p. 127).

O princípio da soberania do povo na América e das leis, estão subordinadas à soberania deste. O autor escreve que o poder emana do povo e que este participa da composição das leis pela escolha dos legisladores e da sua aplicação mediante a eleição dos agentes do poder Executivo; pode-se dizer que ele mesmo governa, tão frágil e restrita é a parte deixada à administração, tanto se ressentida esta da sua origem popular e obedece ao poder de que emana. “O povo reina sobre o mundo político americano como Deus sobre o universo. É ele a causa e o fim de todas as coisas; tudo sai do seu seio, e tudo se absorve nele”, conclui Tocqueville (1987, p. 52).

Tocqueville entende que o povo tem o controle do governo em suas mãos: “é o povo que governa”, pois, “na América, o povo designa aquele que faz a lei e aquele que a executa; constitui ele mesmo o júri que pune as infrações à lei” (1987, p. 135). Percebe-se, no decorrer da obra, que a América é sempre tratada como o exemplo da democracia.

Outro tema que Tocqueville considera importante é o da *associação política*. Diz o autor que a América é o lugar em que mais se tirou partido da associação e onde se tem aplicado esse poderoso meio de ação à maior diversidade de objetos. Esta tradição associativa dos norte-americanos vem de berço, “desde o seu nascimento, aprende o habitante dos Estados Unidos que precisa apoiar-se sobre si mesmo para lutar contra os males e os embaraços da vida” (1987: p.146). A *associação* visa a alcançar vários fins com o objetivo de obter a segurança pública, comércio, indústria, moral e religião. “Nada há que a vontade humana se desespere

de atingir pela simples ação do poder coletivo dos indivíduos” (p. 147). A associação é causa de união e progresso: “A associação enfeixa os esforços dos espíritos divergentes e os impele com vigor para uma única finalidade claramente indicada por ela” (p. 147).

Esse interesse coletivo dos norte-americanos é enaltecido pelo autor francês:

Como se explica que, nos Estados Unidos, aonde os habitantes apenas ontem chegaram ao solo que ocupam, aonde não levaram nem costumes nem lembranças, aonde se encontraram pela primeira vez sem se conhecer, aonde, numa palavra, o instinto da pátria pode apenas existir, como se explica que todos se mostrem interessados pelos negócios de sua comuna, de seu cantão, e do Estado inteiro como se fossem deles próprios? (TOCQUEVILLE, 1987: p. 183).

Assim, é o interesse coletivo que mais se sobressai entre os imigrantes:

Mal desembarcamos no solo americano, vemo-nos no meio de uma espécie de tumulto; de todas as partes, eleva-se um confuso clamor; mil vozes chegam ao mesmo tempo aos nossos ouvidos, cada qual a exprimir algumas necessidades sociais. Em nossa volta, tudo se movimenta: aqui é o povo de um bairro que se reúne para saber se há de construir uma igreja; ali, trabalha-se para escolher um representante; mais além, os delegados de um cantão dirigem-se à cidade a toda pressa, a fim de deliberar sobre certos melhoramentos locais; noutra parte, são os agricultores de uma aldeia que abandonaram seus arais para discutir o plano de uma estrada ou de uma escola. Reúnem-se cidadãos com a finalidade exclusiva de declarar que desaprovam a marcha do governo, ao passo que outros se reúnem a fim de proclamar que os homens da administração são os pais da pátria. E eis que outros ainda, considerando a embriaguês como a principal fonte dos males do Estado, vêm comprometer-se solenemente a dar o exemplo da temperança (TOCQUEVILLE, 1987: p. 187-188).

Tocqueville criticou, dessa forma, o centralismo das decisões das nações européias, que fazia, segundo ele, com que o povo ignorasse os maiores acontecimentos da vida pública, bem como ficasse totalmente excluído das decisões políticas. A participação dos indivíduos na sociedade, todavia, não se dá de maneira anárquica; isto é, a participação pressupõe a existência de uma institucionalização organizada e eficiente: é a ação contínua das leis e dos costumes, são as circunstâncias e, sobretudo, o tempo, que acabam por lhe dar solidez.

Nota-se, como referido anteriormente, que para Tocqueville os costumes de uma nação são fundamentais para que um povo democrático permaneça livre: “A minha finalidade foi mostrar, pelo exemplo da América, que as leis, e, sobretudo os costumes, podiam permitir a um povo democrático permanecer livre” (p. 242). O medo de Tocqueville é que se estabeleçam instituições democráticas sem dar aos cidadãos idéias e sentimentos que o preparem para a liberdade. Da mesma forma, se os governos democráticos não permitirem que os cidadãos usem sua *liberdade política*, não haverá independência para ninguém “[...] nem para o burguês, nem para o nobre, nem para o rico, mas uma tirania igual para todos; [...] se não se chegar mesmo com o tempo a fundar entre nós o império pacífico da maioria, chegaremos [...] ao poder ilimitado de um só” (TOCQUEVILLE, 1987: p. 242).

Todo o empreendimento pessoal e comunitário dos americanos está em manter a democracia por meio de uma cada vez maior *igualdade e liberdade*; por isso, procuram esforçar-se para manter a coisa pública e a ajuda mútua: “Devo dizer que muitas vezes vi americanos fazerem grandes e verdadeiros sacrifícios à coisa pública, e observei cem vezes que, quando necessário, quase nunca se furtam de prestar fiel apoio uns aos outros” (p. 391). O espírito público dos americanos se sobressai, aos olhos do autor. Em outra passagem, fica ainda mais explícito o caráter associativo da vida civil dos americanos:

Os americanos de todas as idades, de todas as condições, de todos os espíritos, estão constantemente a se unir. Não só possuem associações comerciais e industriais, nas quais tomam parte, como ainda existem mil outras espécies: religiosas, morais, graves, fúteis, muito

gerais e muito pequenas. Os americanos associam-se para dar festas, fundar seminários, construir hotéis, edifícios, igrejas, distribuir livros, enviar missionários aos antípodas; assim também criam hospitais, prisões, escolas (p. 391-392).

É esse espírito cívico que fez dos Estados Unidos uma democracia participativa.

Jean-Jacques Chevalier vê, igualmente, a importância das associações como fundamento da democracia na obra de Tocqueville. Diz o comentador que, após as liberdades locais, nada parece mais necessário a Tocqueville, e por análogas razões, do que as associações livres: o número de associações nos Estados Unidos, a diversidade de seus objetos, assombraram Tocqueville. Mostra-nos os americanos de todas as idades, de todas as condições, de todos os espíritos, unindo-se sem cessar para lutarem por si mesmos, sem apelo ao poder social, contra os males e dificuldades da vida. A vida escolar das crianças, os transeuntes nas ruas, a organização entre os vizinhos, construir igrejas, bibliotecas. A peculiaridade das associações entre os norte-americanos é o diferencial se compararmos com a França e a Inglaterra: “Nada há que a vontade humana desespere de atingir pela livre ação do poder coletivo dos indivíduos... Por toda a parte onde, à frente de uma nova empresa, vedes na França o governo e na Inglaterra um grande senhor, contai que distinguireis nos Estados Unidos uma associação” (CHEVALIER, 1986: p. 268).

Tocqueville (1987: p. 393) ressalta ainda que a ação recíproca é fundamental para a edificação do sentimento comunitário: “Os sentimentos e as idéias não se renovam, o coração não cresce e o espírito não se desenvolve a não ser pela ação recíproca dos homens uns sobre os outros”. Da mesma forma, “para que os homens permaneçam civilizados ou assim se tornem, é preciso que entre eles a arte de se associar se desenvolva e aperfeiçoe na medida em que cresce a igualdade de condições” (p. 394).

Por fim, após a leitura atenta da obra *A Democracia na América* é possível destacar alguns argumentos centrais da mesma:

Não se encontra ninguém melhor do que Tocqueville ao estudar e particularizar a formação social americana e apontar, para além do específico, o efeito da democracia sobre os sentimentos e as opiniões daqueles que “vivem” segundo as determinações da igualdade. Isto é, a relevância das instituições sociais, políticas e religiosas para a fundamentação da democracia.³

Diferentemente da experiência francesa do pós-revolução, Tocqueville encontrou na América uma combinação entre as generalidades do estado social de igualdade e os hábitos e costumes tradicionais trazidos pelos pioneiros; cada americano sentia-se formador e parte constituinte desse estado. Tal percepção levava a população a participar ativamente das decisões administrativas. Em decorrência, os americanos desenvolveram meios alternativos de discussão e participação populares que impediram a constituição de um Estado onipotente, centralizador e aristocrático.

Para Tocqueville, os costumes associativistas dos pioneiros foram decisivos na formação do espírito de liberdade americano.

O pluralismo ao invés da centralização do poder: as associações equivaliam a corpos independentes que neutralizavam a *tiranía da maioria*. Tanto no âmbito administrativo, quanto no político, a liberdade de associação em território americano impedia a formação de um consenso majoritário em torno de interesses comuns. A idéia básica era a da formação de múltiplas associações de interesses, de modo que não pudesse haver uma única que

³ Para um aprofundamento maior sobre este assunto conferir Gahyva (2006).

respondesse a todas as demandas do indivíduo. Conseqüentemente, formar-se-iam uma série de minorias que impediriam a constituição de uma maioria opressiva.

Sendo assim, a manutenção do espírito associativo e participativo decorrente da tradição cultural dos norte-americanos (espírito cívico) foram fundamentais para a manutenção das instituições políticas (círculo virtuoso: costumes – instituições – reforço dos costumes).

Referências

CHEVALIER, Jean-Jacques. *As grandes obras políticas: de Maquiavel a nossos dias*. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

GAHYVA, Helga. Tocqueville e Gobineau no mundo dos iguais. In: *Dados*. Rio de Janeiro, vol. 49, n. 3, 2006.

GALVÃO QUIRINO, Célia. Tocqueville: sobre a liberdade e a igualdade. In: WEFFORT, Francisco (Org.). *Os clássicos da política*. São Paulo: Ática, 2001. Vol. 2.

ROTHSTEIN, Bo. Political institutions: an overview. In: GODDIN, Robert E.; KLINGEMANN, Hans-Dieter. *A new handbook of Political Science*. New York: Oxford University Press, 2000. p. 150-151.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.